



---

**RE: IMPUGNAÇÃO - PREGÃO 90024/2025 0 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**

---

De LICITACAO <licitacao@agro.gov.br>

Data Seg, 2025-12-01 21:28

Para Leandro Alves <lalvespucsp@gmail.com>

Prezado,

Segue manifestação da equipe de planejamento da contratação:

restando subsídios à decisão do Pregoeiro, conforme art. 17, inciso II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esclarecemos que:

Dos pontos apresentados na impugnação a partir do item *"III.1. ESPECIFICAÇÕES RESTRITIVAS E DIRECIONAMENTO"*, que aduz suposta especificações técnicas restritivas, cumpre esclarecer que a Administração Pública, ao estabelecer as especificações técnicas, pautou-se estritamente nos objetivos do processo licitatório, conforme preconiza o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade precípua de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerar o ciclo de vida do objeto, assegurar o tratamento isonômico e a justa competição. As especificações detalhadas no edital não representam restrição, mas sim o exercício do poder-dever da Administração de definir com precisão o objeto que melhor atende às suas necessidades, o que é um elemento constitutivo da fase preparatória. Por sua vez, o Estudo Técnico Preliminar, nos itens 4.28.1 e 4.28.2 estabeleceu desvios aceitáveis. O parágrafo 1.2.3 do Termo de Referência explicita que serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas tolerando desvio ou exceções com variações de até 10% (para menos) para itens críticos, como peso Bruto Total Homologado, Potência Máxima do Motor, Quantidade de marchas, Peso Operacional, Volume do tanque de combustível e Capacidade de caçamba. Essa tolerância visa justamente evitar o direcionamento e ampliar a competitividade, permitindo que produtos que não atendam exatamente ao mínimo especificado, mas estejam dentro da margem de 10% (para menos), sejam aceitos, desde que mantida a capacidade de atender ao interesse público. A alegação referente à exigência de 5 modos de trabalho não representa vantagem técnica e exclui máquinas avançadas que utilizam tecnologia simplificada, não prospera, visto que os 5 modos de trabalho são definidos como o **mínimo** necessário para assegurar que a máquina possa ser utilizada em diferentes tipos de solo, intensidade de trabalho (e.g., modo pesado, modo leve, modo de içamento, modo de economia) e demandas regionais. Diante disso, **não há qualquer elemento técnico ou jurídico que indique restrição à competitividade, afronta à isonomia ou direcionamento indevido.**

Dos pontos apresentados na impugnação a partir do item *"IV. DA OMISSÃO DE CERTIFICADOS FUNDAMENTAIS PARA ATESTAÇÃO DOS*

*EQUIPAMENTOS/MAQUINÁRIO"*, afirma a impugnação que o Edital e seus anexos são omissos quanto à exigência de certificações técnicas mínimas, como a MAR-1 para motores e certificações para cabines, o que violaria os padrões ambientais e de segurança. Entretanto, uma análise detalhada do Termo de Referência (TR) e do Estudo Técnico Preliminar (ETP) revela que as certificações de segurança e conformidade ambiental foram devidamente incluídas e são exigidas como condição de aceitabilidade dos equipamentos licitados. Os itens 4.2 a 4.2.8 do Termo de Referência, contrariamente ao alegado, impõem a obrigatoriedade de atendimento às normas de emissões PROCONVE/MAR-I, garantindo que a Administração não adquirirá motores obsoletos ou em desconformidade regulatória. A alegação de que faltam exigências de certificação para as cabines é igualmente incorreta. As especificações mínimas para as máquinas licitadas incluem requisitos de segurança operacional obrigatórios e são exigidos explicitamente na descrição dos itens. Por oportuno, a Administração cumpriu o dever de definição precisa e suficiente do objeto em conformidade com a **Súmula 177 do TCU** ao incluir padrões mínimos de qualidade e desempenho. Portanto, não há vício técnico ou jurídico a justificar a retificação do edital ou a suspensão do certame.

Assim, Manifestamos **pelo INDEFERIMENTO integral da Impugnação nº 02**, devendo o Pregoeiro, caso concorde, adotar as providências para ciência do impugnante e prosseguimento regular do certame, nos termos do art. 24, §1º, do Decreto nº 10.024/2019.

Atenciosamente,

### Coordenação de Gestão de Licitações

Coordenação-Geral de Aquisições/SPOA/SE  
Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA

---

**De:** Leandro Alves <lalvespucsp@gmail.com>

**Enviado:** quarta-feira, 26 de novembro de 2025 18:51

**Para:** LICITACAO <licitacao@agro.gov.br>

**Assunto:** IMPUGNAÇÃO - PREGÃO 90024/2025 0 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

**CUIDADO:** E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de suspeita, informe imediatamente a ETIR/MAPA por meio do contato: etir@agro.gov.br.

Prezados,

Eu, **LEANDRO ALVES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 36.032.538-5 e inscrito no CPF sob o número nº 408.618.878-32, residente e domiciliado na Rua Mariano Procópio, nº 549, Vila Monumento, CEP 01548-020, São Paulo/SP, vem, respeitosamente, à presença de V. Exª, com fundamento no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e item 15.1 do Edital, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao edital de Pregão Eletrônico nº 90024/2025, promovido pelo 90024/2025, sediado na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Edifício (Coordenação-Geral de Aquisições), Sede - 1º andar - Sala: 103,

Brasília - DF, CEP 70.043-900, nos termos do documento anexo.

Solicito, gentilmente, a confirmação deste e-mail.

Cordialmente,

Leandro Alves